

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, fundada em 30 de Setembro de 1976, altera pelos presentes Estatutos os aprovados por escritura pública de 15 de Novembro de 1993, exarada a fls. 9 verso a 10 do livro de notas para escrituras n.º 281-A do 2º Cartório Notarial de Santo Tirso.

Os presentes Estatutos obedecem ao cumprimento do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 32/2007, de 13 de Agosto, que institui o Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros.

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA

CAPÍTULO I

Denominação, natureza, sede e fins

ARTIGO 1.º

Denominação, natureza jurídica e sede

1- A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, é uma pessoa colectiva de utilidade pública administrativa, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos.

2- A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntário da Trofa, doravante aqui também designada por Associação, tem a sua sede na Rua D. Pedro V, Freguesia de São Martinho de Bougado, Concelho da Trofa.

ARTIGO 2.º

Âmbito e duração

A Associação tem âmbito concelhio, é por natureza e tradição apartidária e não confessional e durará por tempo indeterminado, só podendo dissolver-se nos termos e pela forma prevista nestes estatutos e na lei.

ARTIGO 3.º

Fins

1- A Associação tem como escopo principal a protecção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em actividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido na Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros e demais legislação aplicável.

2- Com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, a Associação pode desenvolver outras actividades, individualmente ou em associação, com outras pessoas singulares ou colectivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia-Geral, nomeadamente:

a) Prestação de cuidados de saúde, actividades desportivas, culturais e recreativas, conducentes a uma melhor preparação física e intelectual dos seus associados;

b) Actividades de carácter social de apoio e protecção à infância, à juventude, à deficiência e aos idosos ou em qualquer situação de carência que justifique uma actuação pró humanitária.

3- Pode ainda desenvolver outras actividades, a título gratuito ou remunerado, com ou sem fins lucrativos, nomeadamente a prestação de serviços, comerciais ou industriais, individualmente, ou através de parceria, associação ou por qualquer outra forma legalmente prevista, desde que permitidas por deliberação da Assembleia-Geral e os lucros dessa actividade revertem para os seus fins estatutários.

4- Sem prejuízo da prossecução dos seus fins, a Associação pode filiar-se, celebrar protocolos de cooperação ou irmanar-se com qualquer agrupamento ou movimento associativo, sempre com vista ao seu engrandecimento ou defesa dos seus interesses, dentro ou fora do país, nos termos da lei.

ARTIGO 4.º

Património social

A Associação tem um Capital indeterminado e um número ilimitado de associados que concorrem para o património social, através do pagamento de uma quota, de valor mínimo e periodicidade fixa pela Direcção.

ARTIGO 5.º

Atribuições

Constituem atribuições normais da Associação:

- a) Deter e manter em actividade um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros;
- b) Exercer os direitos e as funções que lhe sejam atribuídas por lei;
- c) Manter e fomentar o relacionamento institucional com os demais agentes de protecção civil, mormente associações humanitárias de corpos de bombeiros estrangeiros e respectivas entidades detentoras;
- d) Manter e fomentar o relacionamento institucional com as organizações representativas das associações humanitárias de bombeiros, designadamente, a nível distrital com a Federação Distrital de Bombeiros e a nível nacional com a Confederação Nacional – Liga dos Bombeiros Portugueses;
- e) Manter e fomentar o relacionamento com os organismos oficiais locais, regionais e nacionais em especial com os de tutela do sector da protecção civil e dos bombeiros;
- f) Representar os seus associados em todas as situações de interesse geral;
- g) Estabelecer relações e acordos com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais e assegurar o seu fiel cumprimento;
- h) Pronunciar-se sobre projectos de natureza legislativa e normativa que versem sobre questões dos sectores associativo, da protecção civil e dos bombeiros, em particular, bem como sobre todas as matérias que sejam submetidas à sua apreciação pelas entidades competentes;
- i) Construir, promover ou participar, por sua iniciativa ou em colaboração com outras entidades, parcerias, sociedades, grupos de trabalho, comissões especializadas, ou integrar comissões, ou órgãos consultivos, de outras entidades, locais, regionais ou nacionais, bem como promover, designadamente, a realização de encontros, conferências, viagens de estudo, concursos e outras acções tendentes a dignificar, treino e intervenção dos bombeiros;
- j) Promover o alargamento de acções, visando o benefício dos associados e de quantos participam das suas actividades específicas;
- k) Promover a organização de iniciativas baseadas no princípio da cooperação, tendentes a obter autonomia económica e financeira da Associação;
- l) Desenvolver, com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, outras actividades, a título gratuito ou remunerado, individualmente ou em associação, parceria ou por

qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou colectivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral;

m) Decidir os conflitos que sejam submetidos ao Concelho Disciplinar;

n) Fomentar o espírito do associativismo e do voluntariado junto da população e das entidades públicas e privadas;

o) Disponibilizar aos associados informações atempadas e correctas, relativamente às matérias que são da sua competência e atribuição;

p) Promover a imagem dos bombeiros junto dos meios de comunicação social;

q) Cumprir e fazer cumprir a lei e os regulamentos em vigor, na âmbito das suas competências;

ARTIGO 6.º

Símbolos

1- A Associação adopta os seguintes símbolos:

a) Bandeira de fundo azul, com orla debruada o ouro e azul, com emblema ao centro e com os dizeres «Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, fundada em 1976»;

b) Emblema composto por uma cruz vermelha, encimada por um capacete de cor dourada e uma pira de três chamas de cor amarela a sobrepor à cruz;

c) Hino a determinar por deliberação da Direcção;

d) Dedicção e honra.

2- Caberá à Direcção regulamentar e determinar as condições de uso, do preço, da difusão ou da reprodução da simbologia.

3- A Assembleia-Geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins e ou objectivos da Associação.

4- AS deliberações relativas à introdução ou alteração dos símbolos existentes terão que ser tomadas por três quartos dos votos dos associados presentes.

CAPÍTULO II

Dos associados

SECÇÃO I

Qualidade, inscrição, admissão e classificação

ARTIGO 7.º

Qualidade de associado

1- Podem ser associados:

- a) As pessoas singulares maiores de 18 anos;
- b) As pessoas colectivas legalmente constituídas.

2- Podem ainda ser admitidos como associados os menores de 18 anos ou incapazes, ficando a admissão, no entanto, condicionada à autorização por quem legalmente exercer o poder de tutela que, com seus representantes, são responsáveis pelo pagamento da quota e cumprimentos destes estatutos.

ARTIGO 8.º

Inscrição

A inscrição para associado é feita em impresso próprio, em modelo aprovado pela Direcção, e assinado pelo candidato ou tratando-se de pessoa colectiva, menor ou incapaz por quem o representar.

ARTIGO 9.º

Admissão e rejeição

1-A admissão ou rejeição de associados efectivos é tomada por deliberação da Direcção.

2-A rejeição só poderá ser tomada por manifesta inconveniência para os interesses e prestígio da Associação, devendo ser devidamente fundamentada registada e comunicada por escrito ao interessado até trinta dias após a recepção da inscrição.

3-O candidato a associado rejeitado poderá recorrer para o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral no prazo de dez dias após a recepção da comunicação, cabendo aquele decidir quando à oportunidade da apreciação do recurso em Assembleia-Geral.

4-A admissão envolve plena adesão aos estatutos e regulamentos em vigor.

5-Com o pedido de admissão, deve o novo associado pagar um jónia a fixar pela Direcção e anualmente actualizáveis, caso aquele Órgão assim o entenda.

ARTIGO 10.º

Classificação

1-Os Associados classificam-se em:

a)Efectivos;

b)De Mérito;

c)Beneméritos;

d)Honorários;

e)Extraordinários.

2-São associados efectivos as pessoas, singulares ou colectivas, que contribuam para a prossecução dos fins da Associação mediante o pagamento de uma quota segundo valores, periodicidade e lugar fixados pela Direcção.

3-São associados de Mérito as pessoas singulares ou colectivas que no exercício das suas funções se tenham distinguido pela sua coragem, tenacidade ou abnegação e que, por isso, mereçam da Direcção tal distinção.

4- São associados beneméritos, as pessoas singulares ou colectivas, que por serviços ou dádivas importantes à Associação mereçam da Direcção tal distinção.

5-São associados honorários, as pessoas singulares ou colectivas, que pelo seu mérito social ou em recompensa de relevantes serviços prestados ou vultosas dádivas à Associação mereçam da Direcção tal distinção.

6-São associados extraordinários os elementos do Corpo de Bombeiros e ainda as pessoas que prestem ou tenham prestado serviços efectivos não remunerados à Associação e cujas condições económicas não lhes permitam o pagamento da quota.

§ Única – A admissão como associado extraordinário dos elementos do Corpo de Bombeiros é feita por proposta do Comandante e os demais por proposta de qualquer elemento da Direcção.

SECÇÃO II

Direitos e deveres

ARTIGO 11.º

Direitos

1-Constituem direitos dos associados efectivos:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia-Geral e aí propor, discutir e votar os assuntos de interesse para a Associação;
- b) Votar em actos eleitorais desde que no pleno gozo dos seus direitos;
- c) Ser eleito para cargos sociais nos termos do artigo 75.º;
- d) Recorrer para a Assembleia-Geral de todas as irregularidades e infracções aos estatutos e regulamentos internos, com salvaguarda do disposto no n.º 4 deste artigo;
- e) Requerer a convocação de Assembleias-Gerais Extraordinárias nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 47.º;
- f) Entrar na Sede ou em quaisquer outras instalações da Associação, salvo tratando-se de zonas de acesso restrito definidas pela Direcção;
- g) Utilizar os serviços que a Associação venha a prestar ou disponibilizar directa ou indirectamente nas condições definidas pelos regulamentos internos;

h) Examinar livros, contas e demais documentos desde que o requeiram por escrito à Direcção, com a antecedência mínima de oito dias e esta verifique existir um interesse pessoal directo e legítimo do associado;

i) Apresentar sugestões de interesse colectivo para uma melhor realização dos fins prosseguidos pela Associação;

j) Reclamar perante a Direcção de actos que considere lesivos dos interesses da Associação e dos seus interesses de associado;

k) Requerer, por escrito, certidão de qualquer acta mediante pagamento dos respectivos custos;

l) Desistir da qualidade de associado;

2- Para exercer os direitos referidos no número anterior, os associados efectivos não podem ter o pagamento das quotas em atraso.

3- Os associados efectivos admitidos à menos de seis meses e as demais classificações de associados apenas gozam dos direitos consignados nas alíneas f), g), i), j), k) e l) do n.º 1, bem como do referido na alínea a) dos mesmo número, mas sem direito a voto.

4- Os associados que façam parte do Corpo de Bombeiros não poderão discutir em Assembleia-Geral assuntos respeitantes à organização e disciplina do Corpo.

ARTIGO 12.º

Deveres

São deveres dos associados efectivos, detentores de plena capacidade de exercício, além de outros previstos na lei geral:

a) Honrar a Associação em todas as circunstâncias e contribuir quanto possível para o seu prestígio;

b) Observar, cumprir e fazer cumprir as disposições legais; estatutárias e regulamentares;

c) Acatar as deliberações dos Órgãos Sociais legitimamente tomadas;

d) Exercer com dedicação, zelo e eficiência os cargos sociais para que foram eleitos ou nomeados, salvo pedido de escusa por doença ou outro motivo atendível, apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e por esta considerado justificado;

e) Não cessar a actividade nos cargos sociais sem prévia participação fundamentada e por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral;

f) Zelar pelos interesses da Associação, comunicando por escrito à Direcção quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento;

g) Pagar pontualmente a quota fixada;

h) Comparecer às Assembleias-Gerais cuja convocação tenham requerido;

i) Comunicar por escrito à Direcção qualquer situação que altere os seus elementos de identificação, designadamente a mudança de residência;

j) Tratar com respeito e urbanidade a Associação, as suas Insígnias, Órgãos Sociais, respectivos titulares, comando, bombeiros, colaboradores da Associação e todos com quem, na qualidade de associado, se relacione.

§ Único – Os demais associados estão dispensados dos deveres das alíneas d), e) e g).

SECÇÃO III

Sanções e recompensas

SUBSECÇÃO I

Infracções disciplinares e sanções

ARTIGO 13.º

Infracção disciplinar

Constitui infracção disciplinar, punível com as sanções estabelecidas nos artigos seguintes, a violação, pelo associado, dos deveres consignados no artigo 12.º.

ARTIGO 14.º

Sanções disciplinares

Os associados que incorrerem em responsabilidade disciplinar ficam sujeitos, consoante a natureza e gravidade da infração, às seguintes sanções:

- a) Advertência verbal;
- b) Advertência por escrito;
- c) Suspensão até doze meses;
- d) Expulsão.

ARTIGO 15.º

Competência disciplinar

1-A aplicação das sanções previstas nas alíneas a), b) e c) do artigo anterior é da exclusiva competência da Direcção.

2-A pena de expulsão é da competência da Assembleia-Geral.

ARTIGO 16.º

Advertência

A advertência verbal e por escrito são aplicáveis a faltas leves, designadamente no caso de violação de disposições estatutárias e regulamentares por mera negligência e sem consequência graves para a Associação.

ARTIGO 17.º

Suspensão

1-A pena de suspensão até doze meses é aplicável nos casos de:

- a) Violação dos Estatutos e Regulamentos com consequências graves para a Associação;
- b) Reincidência do associado em faltas por que haja sido advertido ou censurado;

c)Escusa injustificada a tomar posse de qualquer cargo nos Órgãos Sociais da Associação, para que tenha sido eleito ou nomeado;

d)Desobediência às deliberações tomadas pelos Órgãos Sociais e, em geral, aos casos em que podendo ter lugar a expulsão, o sócio beneficie de circunstâncias atenuantes especiais.

2-A suspensão implica a perda do gozo dos direitos consignados no artigo 11.º mas não desobriga o pagamento da quota.

ARTIGO 18.º

Expulsão

1-A expulsão implica a eliminação da qualidade de associado e será aplicável, em geral, quando a infração seja de tal modo grave que torne impossível o vínculo associativo.

2-Ficam sujeitos, à aplicação da pena de expulsão, nomeadamente, os associados que:

a)Defraudarem dolosamente a Associação;

b)Agressão, injúria e desrespeito grave a qualquer membro dos órgãos Sociais, à Associação, às suas Insígnias, ao Comando, aos Bombeiros, aos Colaboradores da Associação e a todos com quem, na qualidade de associado, se relacionem e por motivos relacionados com o exercício do seu cargo.

3- Os associados que sejam punidos com a pena de expulsão não podem ser readmitidos, salvo se forem reabilitados em revisão do processo.

ARTIGO 19.º

Processo disciplinar

As decisões de aplicação das penas de suspensão e expulsão serão sempre precedidas da instauração de processo disciplinar, com audiência obrigatória do associado.

ARTIGO 20.º

Recursos

1-Da decisão que aplique pena de suspensão cabe recurso para a Assembleia-Geral a interpor, pelo associado punido, no prazo de trinta dias a contar da notificação da decisão recorrida, devendo sobre o mesmo ser tomada deliberação final, em Assembleia-Geral Extraordinária, até sessenta dias úteis após a interposição do recurso.

2-Da decisão da Assembleia-Geral que aplique a pena de expulsão cabe recurso judicial.

ARTIGO 21.º

Consequências especiais

1-Os associados que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com suspensão, nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, ficam impedidos de acesso às instalações da Associação durante o período de suspensão.

2-Os associados que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com demissão nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de bombeiros, perdem automaticamente, a qualidade de sócio, por expulsão.

SUBSECÇÃO II

Recompensas

ARTIGO 22.º

Distinções

Aos dirigentes, elementos do Corpo de Bombeiros, associados, pessoas singulares ou colectivas, entidades ou colectividades que por serviços ou dádivas à Associação, mercedores de especial reconhecimento, poderão ser atribuídas distinções de acordo como Regulamento de Distinções a ser aprovado pela Direcção.

SECÇÃO IV

Suspensão, perda da qualidade de associado e readmissão

ARTIGO 23.º

Suspensão da qualidade de associado

1-Os associados efectivos podem, por razão ponderosas devidamente fundamentadas, solicitar à Direcção a suspensão da sua qualidade de associado, por um período máximo de um ano.

2-Do indeferimento caberá recurso para o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral.

ARTIGO 24.º

Perda da qualidade de associado

1-Perdem a qualidade de associados:

a)Os que tiverem sido punidos com a pena de expulsão, nos termos do artigo 18.º, ou demitidos nos termos do Regulamento do Corpo de Bombeiros;

b)Os que pediram exoneração;

c)Os que tiverem as quotas vinte e quatro meses de atraso de pagamento, se não satisfizerem o débito no prazo de trinta dias a contar da notificação para regularização da situação contributiva.

2-A perda da qualidade de associado pelos motivos referidos na alínea a) do número anterior é da competência da Assembleia-Geral.

3-A perda da qualidade de associado pelos motivos referidos nas alíneas b) e c), do número um, é da competência da Direcção.

4-O associado que por qualquer forma perder essa qualidade deverá obrigatoriamente devolver o documento de identificação e não terá direito a reaver as quotas que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por toda a actuação, enquanto foi membro da Associação.

ARTIGO 25º

Readmissão de associados

1-Podem ser readmitidos, sem prejuízo da parte final do nº 3 da artigo 18.º, os associados que tiverem sido:

a)Exonerados a seu pedido;

b)Eliminados por falta de pagamento das quotas.

2-A readmissão só se efectivará a pedido do interessado.

3- Quando o motivo da expulsão tenha sido a falta de pagamento de quotas e condição, para a readmissão, o pagamento das quotas correspondentes ao período compreendido entre a decisão de expulsão e a readmissão, podendo a Direcção permitir que, neste caso os encargos sejam satisfeitos, a requerimento do interessado, em prestações mensais, ate ao máximo de doze.

CAPITULO III

Dos Órgãos Sociais

SECÇÃO I

Princípios Gerais

ARTIGO 26.º

Órgãos Sociais

1-São Órgãos Sociais da Associação;

a)Assembleia-Geral;

b)Direcção;

c)Concelho Fiscal;

d)Conselho Superior.

2-A Mesa da Assembleia-Geral, a Direcção e o Concelho Fiscal, são constituídos respectivamente por um número ímpar de títulos, de entre os associados efectivos, dos quais um será o Presidente.

3-O Concelho Superior é constituído por um número ímpar de titulares, sendo presidida pelo presidente da Direcção.

ARTIGO 27.º

Electividade dos cargos

Os títulos da Assembleia-Geral, da Direcção, do Concelho Fiscal e do Concelho Superior são eleitos em Assembleia-Geral eleitoral.

ARTIGO 28.º

Duração do mandato dos eleitos dos Órgãos Sociais

A duração do mandato dos eleitos para os Órgãos Sociais é de dois anos, sem prejuízo de destruição, nos termos da lei, podendo ser reeleitos sem limitação de mandatos.

ARTIGO 29.º

Exclusividade e impedimentos

1-Aos titulares dos Órgãos Sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação humanitária de Bombeiros.

2-Os Presidentes, da Mesa da Assembleia-Geral e dos Órgãos de Administração e Fiscalização, estão impedidos de exercer quaisquer funções no quadro de Comando e no quadro activo do respectivo Corpo de Bombeiros.

ARTIGO 30.º

Inelegibilidade e incapacidades

1-Não Podem ser reeleitos ou novamente designados membros dos Órgãos Sociais os associados que, mediante processo disciplinar ou judicial, tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções ou removidos dos cargos que desempenhavam.

2-O disposto no número anterior é extensível à reeleição ou nova designação para Órgãos Sociais da mesa ou de outra Associação Humanitária de Bombeiros.

3-Os titulares dos Órgãos Sociais não podem votar em assuntos que directamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e afins.

4-É vedado à Associação contratar directa ou indirectamente com os titulares dos Órgãos Sociais, seus cônjuges, ascendentes, descendentes e afins ou com sociedades em que qualquer destes tenham interesses.

ARTIGO 31.º

Posse

1-A posse será conferida pelo Presidente cessante da Mesa da Assembleia-Geral ou pelo seu substituto, em sessão pública anunciada para o efeito no prazo máximo de trinta dias a contar da data da promulgação dos resultados do acto eleitoral.

2-Enquanto não se verificar a posse dos membros eleitos para os Órgãos Sociais, os membros cessantes manter-se-ão em funções com meros poderes de gestão.

3-Se o Presidente cessante da Mesa da Assembleia-Geral ou o seu substituto não conferir a posse no prazo estabelecido, os membros dos Órgãos Sociais eleitos entrarão em exercício, salvo se houver impugnação judicial do acto eleitoral.

ARTIGO 32.º

Entrega de valores e documentos

É obrigação legal dos órgãos sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivos da Associação aos Órgãos Sociais eleitos para novo mandato e até ao acto da posse destes.

ARTIGO 33.º

Responsabilidades dos titulares dos Órgãos Sociais

1-Os titulares dos Órgãos Sociais não podem abster-se de votar nas reuniões a que estiverem presentes e são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.

2-Os titulares dos Órgãos Sociais ficam exonerados da responsabilidade se:

a) Não tiverem tomado parte na respectiva deliberação e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;

b) Tiverem votado contra essa deliberação e o fizerem consignar na acta respectiva.

3-A aprovação dada pela Assembleia-Geral ao relatório e contas de gerência da Direcção e ao parecer do Conselho Fiscal libera os membros destes Órgãos Sociais da responsabilidade para com a Associação, salvo provando-se omissões por má fé ou falsas indicações.

ARTIGO 34.º

Representação

1-A representação da Associação, em juízo ou fora dele, cabe à Direcção ou a quem ela designar, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

2-Perante as entidades públicas administrativas a quem compete a fiscalização, inspecção e controlo da utilização de fundos públicos, responde, em nome da Associação, Direcção.

ARTIGO 35.º

Deliberações e actas dos Órgãos Sociais

1-Os Órgãos, de Administração e Fiscalização, só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2-As deliberações dos Órgãos de Administração e Fiscalização, salvo diferente disposição estatutária ou legal, são tomadas por maioria dos titulares presentes, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate na votação.

3-As deliberações da Assembleia-Geral, para as quais os presentes estatutos ou a lei não exijam maioria qualificada, serão por maioria simples dos votos dos associados presentes.

4-As deliberação respeitantes a eleições de Órgãos Sociais e a assuntos de incidência pessoal dos seus titulares são realizadas por escrutínio secreto.

5-São sempre lavradas actas das reuniões de qualquer Órgão Social da Associação, as quais são obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes ou, quando respeitem a reunião da Assembleia-Geral, pelos membros da respectiva Mesa.

ARTIGO 36.º

Condições de exercício dos cargos

1-O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais da Associação é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

2-Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração da Associação exige a presença prolongada de um ou mais titulares do Órgão de Administração podem estes ser remunerados, sendo a remuneração determinada pela Assembleia-Geral.

ARTIGO 37.º

Forma de obrigar

1-Para obrigar a Associação é necessária e bastante a assinatura do Presidente da Direcção.

2-Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente da Direcção, ou na sua falta ou impedimento, do Vice-Presidente que o substitua e a do Tesoureiro ou na falta deste último, a do secretário.

3-Os actos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer membro da Direcção.

ARTIGO 38.º

Substituição dos Membros dos Órgãos Sociais

1-No caso de falta, impedimento ou vacatura de lugar de Presidente de qualquer Órgão, o mesmo será preenchido pelo Vice-Presidente, segundo a ordem de precedência da sua colocação da lista, no caso de haver mais que um Vice-Presidente.

2-No caso de vacatura do cargo de qualquer outro membro dos Órgãos Sociais, incluindo o do Vice-Presidente que assuma a presidência, competirá ao respectivo Órgão Social chamar o primeiro pela ordem constante da lista eleita, e deliberar sobre o preenchimento desse lugar vago e redistribuição de cargos.

3-No caso de se esgotar o número de suplentes para o preenchimento das vagas, e o Órgão ficar sem quórum deliberado, proceder-se-á a nova eleição para esse Órgão.

4-Em qualquer das circunstâncias indicadas nos números 2 e 3 deste artigo, os membros designados para preencher os cargos apenas completam o mandato.

ARTIGO 39.º

Renúncia ao mandato

1-Os membros dos Órgãos Sociais da Associação podem renunciar ao mandato devendo para o efeito comunicá-lo de imediato ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral.

2- Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, em consequência da renúncia, declarar a vacatura do lugar, dando de imediato conhecimento ao Presidente do respectivo Órgão.

ARTIGO 40.º

Causas para a perda de mandato

São causas para a perda de mandato dos elementos dos Órgãos Sociais:

- a) A perda da qualidade de associados;
- b) A destituição do cargo pela Assembleia-Geral;
- c) A condenação como crime grave;
- d) A não comparência injustificada às reuniões do respectivo Órgão Social a que pertença, por três vezes consecutivas ou seis alternadas.

SECÇÃO II

Assembleia-Geral

SUBSECÇÃO I

Estatuto e composição

ARTIGO 41.º

Estatuto

1-A Assembleia-Geral é constituída pelos associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos e, nela, reside o poder deliberativo da Associação.

2-Consideram-se associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos os que não tenha, as quotas em atraso por período superior a doze meses ou não se encontrem suspensos.

ARTIGO 42.º

Composição

1-A Assembleia-Geral é dirigida pela respectiva Mesa, que se compões de um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

2-Haverá ainda dois suplentes.

3-Na falta ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, cabe à Assembleia-Geral designar de entre os associados presentes, quem presidirá à Mesa.

4-Na falta ou impedimento do Secretário o Presidente da Mesa designará de entre os associados presentes quem deve secretariar a reunião.

5-No caso de vacatura de lugar o mesmo será preenchido tendo em conta o disposto no artigo 38.º.

SUBSECÇÃO II

Competências

ARTIGO 43.º

Competências da Assembleia-Geral

1-Compete à Assembleia-Geral, deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições e competências legais ou estatutárias dos outros Órgãos Sociais.

2-São, necessariamente, da competência da Assembleia-Geral:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Assembleia-Geral;
- b) Acompanhar a actuação dos demais Órgãos Sociais e zelar pelo cumprimento da Lei bem como dos Estatutos e Regulamentos de Associação;
- c) Apreciar e votar as propostas de alteração aos estatutos;
- d) Apreciar e votar os regulamentos, bem como as alterações que lhe sejam propostas;
- e) Deliberar sobre a extinção da Associação, bem como eleger a Comissão Liquidatária e destino dos bens;
- f) Eleger e destituir, por votação secreta os membros dos Órgãos Sociais;
- g) Apreciar e votar o relatório e conta de gerência do ano anterior bem como o parecer do Concelho Fiscal;

h)Apreciar e votar o Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte, bem como parecer do Concelho Fiscal e ainda os orçamentos suplementares propostas pela Direcção;

i)Apreciar e deliberar sobre todos os requerimentos propostas e recursos que lhe sejam apresentados pelos membros dos Órgãos Sociais ou associados, de acordo com os estatutos e regulamentos;

j)Autorizar o Presidente da Direcção da Associação a demandar judicialmente, os membros dos Órgãos Sociais, por actos lesivos praticados no exercício das suas funções;

K)Autorizar a Direcção a contrair ou fazer empréstimos e aquisições, desde que excedam os actos de administração ordinária, após parecer do Concelho Fiscal;

L)Autorizar a Direcção a arrendar ou alienar imóveis da Associação bem como participações ou outras que a Associação detenha.

ARTIGO 44.º

Competência do Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral:

a)Convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia-Geral e demais reuniões por si convocadas, nomeadamente as reuniões conjuntas dos Órgãos Sociais e do Conselho Disciplinar;

b)Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de actas da Assembleia-Geral;

c)Dar posse aos membros eleitos dos Órgãos Sociais;

d)Receber e submeter à Assembleia-Geral, nos prazos legais, os requerimentos e recursos cuja decisão seja competência desta;

e)Fixar limite de tempo e o número de intervenções permitidas a cada associado, na discussão de cada assunto, exceptuando-se os representantes dos Órgãos Sociais, na secção da Assembleia em que a intervenção ocorrer;

f)Presidir e transmitir todo o processo eleitoral dos Órgãos Sociais, de acordo com a lei e os presentes estatutos, nomeadamente, verificar a elegibilidade dos candidatos bem como a regularidade das listas concorrentes;

g)Integrar o Concelho Disciplinar;

h) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei, estatutos ou deliberações da Assembleia-Geral;

i) Participar, sempre que o entenda por conveniente, nas reuniões dos demais Órgãos Sociais, mas sem direito a voto.

ARTIGO 45.º

Competência do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Compete ao Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral coadjuvar o presidente da Mesa no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.

ARTIGO 46.º

Competências do Secretário da Mesa da Assembleia-Geral

Compete ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral:

a) Lavrar as actas e emitir as certidões respectivas no prazo de quinze dias a contar da data em que foram requeridas;

b) Preparar e tramitar todo o expediente da Mesa;

c) Fazer o registo dos associados presentes nas sessões da Assembleia-Geral e dos que durante a sessão pedirem para intervir, pela respectiva ordem;

d) Escrutinar no acto eleitoral;

e) Praticar todos os demais actos e funções decorrentes da lei, estatutos e regulamentos.

SUBSECÇÃO III

Funcionamento

ARTIGO 47.º

Reuniões

1-As reuniões da Assembleia-Geral são ordinárias e extraordinárias.

2-A Assembleia-Geral reunirá ordinariamente:

- a)No final de cada mandato, no mês de Dezembro, para a eleição dos órgãos sociais;
- b)Até ao final do mês de Dezembro de cada ano, por solicitação da Direcção, para aprovar o Plano de Actividades e o Orçamento para o ano seguinte;
- c)Até trinta e um de Março de cada ano, por solicitação da Direcção, para a discussão e aprovação do Relatório e Conta de Gerência do ano anterior e do parecer do Conselho Fiscal, devendo estes documentos, estarem patentes para consulta dos associados, nos oito dias anteriores à realização da Assembleia-Geral.

3-A Assembleia-Geral reunirá extraordinariamente:

- a)A pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal;
- b)A requerimento fundamentado e subscrito por um mínimo de cinquenta associados no pleno gozo dos seus direitos sociais;
- c)A requerimento de qualquer associado, caso a Direcção não convoque a Assembleia-Geral, nos casos em que deve fazê-lo.

4-A reunião da Assembleia-Geral que seja convocada ao abrigo da alínea b) do número anterior só poderá efectuar-se se estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.

5-Quando a reunião prevista no número anterior não se realiza por falta do número mínimo de associados requerentes, ficam, os que faltaram, inibidos, pelo prazo de dois anos, de requerer a reunião extraordinária da Assembleia-Geral, sendo obrigados a pagar as despesas decorrentes da convocação, salvo se justificarem a falta por motivos de força maior

ARTIGO 48.º

Forma de convocação

1-A Assembleia-Geral é convocada, pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, através de Edital afixado na sede social e outros locais julgados de interesses para o efeito e publicado num dos jornais locais, com o mínimo de dez dias de antecedência, indicando-se no mesmo aviso, o dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.

2-A comparência de todos os associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia-Geral.

ARTIGO 49.º

Funcionamento

1-A Assembleia-Geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de, pelo menos, metade dos associados, podendo deliberar trinta minutos depois da hora inicial, com qualquer número de presenças, desde que não inferior a dez associados efectivos.

2-As deliberações da Assembleia-Geral são tomadas em observância com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º.

ARTIGO 50.º

Representação dos associados

1-É admitida a representação do associado, no pleno gozo dos seus direitos, mediante carta do próprio, com letra e assinatura reconhecidas, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral.

2-A delegação de poderes só pode ser feita noutra associado, também no pleno gozo dos seus direitos.

3-Não poderá ser delegada mais que uma representação em cada associado.

ARTIGO 51.º

Privação do direito de voto

O associado não pode votar, por si ou como representante de outrem, nas matérias em que haja conflito de interesses entre Associação e o próprio, ou o representado, seus cônjuges, ascendentes ou descendentes.

ARTIGO 52.º

Deliberações anuláveis

1-São anuláveis as deliberações contrárias à lei e aos estatutos, seja pelo seu objectivo, seja por irregularidades havidas na convocação dos associados ou no funcionamento da assembleia.

2-São ainda anuláveis as deliberações:

a)Tomadas sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se todos os Associados comparecerem à reunião e concordarem com o aditamento;

b)Tomadas com infracção do disposto no artigo anterior, se o voto do associado impedido, for essencial à existência da maioria necessária.

ARTIGO 53.º

Actas

De todas as reuniões da Assembleia-Geral serão lavradas actas, em livro próprio onde constarão o número de associados presentes e as discussões e deliberações tomadas, as quais serão assinadas por todos os membros da Mesa.

SECÇÃO III

Órgãos de Administração e Fiscalização

SUBSECÇÃO I

Princípios gerais

ARTIGO 54.º

Funcionamento dos Órgãos de Administração e Fiscalização

1-Os Órgãos de Administração e Fiscalização são convocados pelos respectivos Presidentes, e as respectivas deliberações tomadas em observância com o disposto nos n.º 1 e 2 no artigo 35.º deste estatuto.

2-A falta de quórum deliberativo por impossibilidade de preenchimento de lugares vagos em qualquer Órgão, implica a convocação extraordinária de eleições para esse mesmo Órgão.

SUBSECÇÃO II

Da Direcção

ARTIGO 55.º

Composição

1-A Direcção é composta por sete a treze membros efectivos, sendo um Presidente, um a três Vice-Presidentes, um Secretário, um Secretário adjunto, um Tesoureiro e dois a seis vogais.

2-Haverá ainda três a cinco suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem as vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos, conforme a estipulado no artigo 38.º.

ARTIGO 56.º

Competências da Direcção

1-A Direcção é o Órgão de administração da Associação.

2-Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:

- a)Garantir a prossecução do fim social;
- b)Garantir a efectivação dos direitos dos associados;

- c)Elaborar anualmente e submeter a parecer do Conselho Fiscal o relatório e contas de gerência, com como o Plano de Actividades o Orçamento para o ano seguinte;
- d)Remeter à Mesa da Assembleia-Geral para aprovação, o Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte bem como o relatório conta de gerência do ano anterior, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;
- e)Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
- f)Contratar e gerir o pessoal dos quadros da Associação, fixando os respectivos horários de trabalho e vencimentos;
- g)Representar a Associação, em juízo e fora dele;
- h)Solicitar ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, a convocação das Assembleias-Gerais para aprovação do relatório e conta de gerência e ainda do Plano de Actividades e Orçamento, sem prejuízo das demais convocatórias daquele órgão, nas circunstâncias fixadas nos presentes estatutos;
- i)Aprovar ou indeferir as propostas de admissão de associados efectivos;
- j)Atribuir distinções de acordo com o regulamento aprovado, nos termos do artigo 22.º;
- k)Propor à Assembleia-Geral a reforma ou alteração dos estatutos;
- l)Ficar ou modificar a estrutura dos serviços da Associação, elaborando os respectivos regulamentos;
- m)Fornecer ao Conselho Fiscal os elementos que lhe forem solicitados para o cumprimento das suas atribuições;
- n)Manter sob a sua guarda a responsabilidade os bens e valores da Associação;
- o)Elaborar e manter actualizado o inventário do património da Associação;
- p)Ordenar a instauração de processos disciplinares aos associados e aplicar sanções nos termos dos presentes estatutos, em matéria da sua competência;
- q)Submeter à apresentação e votação da Assembleia-Geral, os assuntos que estes estatutos exijam deliberação daquele órgão;
- r)Fixar o valor da quota mínima;
- s)Fixar as taxas eventualmente devidas pela utilização dos serviços da Associação;

- t) Aceitar heranças e donativos, nos termos da lei;
- u) Celebrar contratos e desenvolvimento em áreas específicas, no âmbito da prevenção e reacção a acidentes e designadamente quanto à criação e o funcionamento de equipas de intervenção permanente, ou outras, legal ou protocolarmente previstas;
- v) Nomear comissões ou grupos de trabalho que entenda convenientes para uma melhor prossecução dos objectivos estatutários;
- w) Deliberar sobre a aquisição onerosa, alienação a qualquer título e o arrendamento ou cedência a qualquer título, de bens móveis, ainda que sujeitos a registo, pertencentes à Associação e respectivo processo de concurso público ou hasta pública, ou dispensa dos mesmos, em razão do procedimento julgado mais convenientes, fundamentada em acta, sendo que, em qualquer caso, os preços e valores aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado;
- x) Propor à Assembleia-Geral o arrendamento ou alienação de imóveis da Associação;
- y) Elaborar regulamentos internos sobre matérias da sua competência e zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos, dos regulamentos internos e das deliberações dos Órgãos da Associação;
- z) Nomear os elementos do Comando e remeter à Autoridade Nacional de Protecção Civil, para homologação;
- aa) Manter actualizada e apta, a ser apresentada aos órgãos sociais, relações dos sócios no pleno gozo dos seus direitos;
- ab) Promover eventos desportivos, culturais e recreativos, bem como iniciativas no âmbito dos cuidados de saúde e ainda outras actividades pela Assembleia-Geral;
- ac) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei, pelos presentes estatutos e regulamentos e praticar todos os actos necessários à defesa dos interesses da Associação.

3-A direcção pode delegar em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários, alguns dos seus poderes, nos termos previstos nos estatutos ou aprovados pela Assembleia-Geral, bem como revogar os respectivos mandatos, podendo ainda, em alternativa, delegar poderes de gestão executiva, numa Comissão Executiva, composta por três elementos, sendo presidida pelo Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por um dos Vice-Presidentes, e ainda por outro titular efectivo da Direcção, podendo o terceiro elemento ser um funcionário da quadro de pessoal contratado da Associação.

ARTIGO 57.º

Competência do Presidente

Compete ao Presidente da Direcção:

- a) Superintender na administração da Associação e orientar e fiscalizar os respectivos serviços;
- b) Representar a Associação em juízo e fora dele;
- c) Convocar e presidir às reuniões da Direcção;
- d) Promover o Cumprimento das deliberações da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal, da Direcção e do Conselho Disciplinar;
- e) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro das actas da Direcção;
- f) Integrar o Conselho Disciplinar;
- g) Criar e atribuir pelouros aos Directores, coordenando a respectiva actividade;
- h) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos e regulamentos, bem como as que lhe foram expressamente delegadas pela Direcção, desde que sejam legalmente delegáveis.

ARTIGO 58.º

Competência dos Vice-Presidentes

Compete aos Vice-Presidentes substituírem, pela ordem na lista eleita para a Direcção, o Presidente nas suas faltas ou impedimentos e colaborarem com a Direcção e com o Presidente no exercício das respectivas competências, designadamente:

- a) Na elaboração de resumos das actividades o qual constituirá elemento para o relatório da Direcção a apresentar em Assembleia-Geral;
- b) Na elaboração das propostas dos orçamentos da Associação, submetendo-os à apreciação da Direcção;

- c)Na observância dos preceitos orçamentais e na aplicação das respectivas dotações;
- d)No cumprimento dos serviços de contabilidade e expediente mantendo-os sempre organizados e actualizados;
- e)No cumprimento das disposições legais em relação aos trabalhadores;
- f)No zelo pela conservação do património da Associação que lhe está afecto.

ARTIGO 59.º

Competências do Secretário

1-Compete ao Secretário:

- a)Organizar e orientar todo o serviço de secretaria;
- b)Preparar a agenda de trabalho para as reuniões da Direcção, de acordo com as orientações do Presidente ou de quem o substitua;
- c)Lavrar as actas no respectivo livro mantendo-o sempre em dia;
- d)Prover todo o expediente da Associação;
- e)Assinar, todos os documentos em que legal e estatutariamente a sua assinatura seja obrigatória, designadamente nas operações financeiras conjuntamente com o Presidente da Direcção, ou, na sua falta ou impedimento, com o Vice-Presidente que o substitua;
- f) Passar, no prazo de quinze dias, as certidões das actas pedidas pelos associados.

2 - Ao Secretário-Adjunto compete

- a) Coadjuvar o Secretário no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos
- b) Executar as tarefas que lhe forem delegadas.

ARTIGO 60.º

Competências do Tesoureiro

1 - Compete ao Tesoureiro:

- a) A arrecadação das receitas;
- b) A satisfação das despesas autorizadas;
- c) Assinar, todos os documentos em que legal e estatutariamente a sua assinatura seja obrigatória, designadamente nas operações financeiras conjuntamente com o Presidente da Direcção, ou, na sua falta ou impedimento, com o Vice – Presidente que o substitua;
- d) Emitir as autorizações de pagamento e as guias de receita, arquivando todos os documentos de despesa e receita;
- e) Depositar em qualquer instituição de crédito, à ordem da Associação, as disponibilidades financeiras;
- f) A orientação e controlo da escrituração de todos os livros de receita e despesas, velando pela segurança de todos os haveres e conferindo o core pelo menos uma vez por mês;
- g) A apresentação à Direcção do balancete em que se discriminem as receitas e as despesas do mês anterior, bem como a prestação de contas, sempre que a Direcção o entenda;
- h) A elaboração anual de um Orçamento em que se discriminem as receitas e despesas previstas para o exercício do ano seguinte;
- i) Efectuar o necessário provimento de fundos para que, nas datas estabelecidas, a Associação, possa solver os seus compromissos;
- j) A actualização do inventário do património associativo;
- k) Em geral prestar todos os esclarecimentos sobre assuntos de contabilidade e tesouraria.

ARTIGO 61.º

Competências dos vogais e suplentes da Direcção

1 – Aos Vogais compete coadjuvar os restantes elementos do elenco directivo e desempenhar as missões que lhes forem atribuídas.

2 – Os Suplentes podem participar nas reuniões da Direcção, sempre que convidados por esta, sem direito a voto, competindo-lhes colaborar com a Direcção no exercício das funções de gestão da Associação.

ARTIGO 62.º

Funcionamento

1 – A Direcção reunirá sempre que for julgado conveniente, sob convocação do Presidente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros ou a pedido do Concelho fiscal ou da Assembleia – Geral, mas, obrigatoriamente, uma vez por mês.

2 – As deliberações serão tomadas, tendo em contra o disposto nos números 1 e 2 do artigo 35.º e numero 1 do artigo 54.º, cabendo ao Presidente, voto de qualidade em caso de empate.

3 – Das reuniões da Direcção serão lavradas actas em livro próprio, que deverão ser assinadas pelos presentes.

SUBSECÇÃO III

Do Concelho Fiscal

ARTIGO 63.º

Composição

1 – O Concelho Fiscal é constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Relator.

2 – Haverá ainda dois suplentes, que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela orem em que tiverem sido eleito conforme o estipulado no artigo 38.º, podendo até então, e sem prejuízo disso, assistirem às reuniões do Conselho Fiscal sempre que convidados por este, a tomarem parte na discussão dos assuntos, mas sem direito a voto.

ARTIGO 64.º

Competência do Conselho Fiscal

1 – O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Associação.

2 – Ao Conselho Fiscal compete zelar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, incumbindo-lhe, designadamente:

a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da instituição, sempre que o julgue conveniente;

b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus titulares às reuniões do Órgão de Administração, sempre que o julgue conveniente;

c) Dar parecer, sobre o Plano de Actividades e orçamento para o ano seguinte, bem como sobre o Relatório e Conta de gerência do ano anterior, e sobre todos os assuntos que o Órgão de Administração submeta à sua apreciação;

d) Solicitar a convocação da Assembleia – Geral sempre que o julgar conveniente;

e) Solicitar à Direcção, reuniões extraordinárias para discussão conjunta de assuntos cuja importância o justifique;

f) Emitir parecer aos outros Órgãos sociais sobre quaisquer assuntos para que seja consultado, designadamente sobre a aquisição onerosa e alienação de imóveis, reforma ou alteração dos Estatutos e dissolução da Associação;

g) Exercer todas as outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e regulamentos.

ARTIGO 65.º

Competências do Presidente

Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

- a) Convocar e presidir às reuniões do Conselho Fiscal;
- b) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o respectivo livro de actas;
- c) Integrar o Conselho disciplinar;
- d) Representar o Conselho Fiscal na Assembleia – geral;
- e) Solicitar à Direcção, reuniões extraordinárias para discussão conjunta de assuntos cuja importância o justifique;
- f) Emitir parecer aos outros Órgãos Sociais sobre quaisquer assuntos para que seja consultado, designadamente sobre a aquisição onerosa e alienação de imóveis, reforma ou alteração dos Estatutos e dissolução da Associação;
- g) Exercer todas as outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e regulamentos.

ARTIGO 65.º

Competência do Presidente

Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

- a) Convocar a presidir às reuniões do Conselho Fiscal;
- b) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o respectivo livro de actas;
- c) Integrar o Conselho Disciplinar;
- d) Representar o Conselho Fiscal na Assembleia – Geral;
- e) Exercer todas as outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e regulamentos.

ARTIGO 66.º

Competência do Vice-Presidente

Compete ao Vice-Presidente do Conselho Fiscal, coadjuvar o Presidente nas funções que a este pertencem e substituí-lo na sua ausência ou impedimento.

ARTIGO 67.º

Competência do Secretário – Relator

Compete ao secretário Relator:

- a) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões do Conselho Fiscal;
- b) Prover todo o expediente;
- c) Lavrar as actas no respectivo livro;
- d) Emitir, no prazo de quinze dias, certidões das actas pedidas pelos Associados;
- e) Relatar os pareceres do Conselho Fiscal sobre os assuntos que lhe forem submetidos.

ARTIGO 68.º

Funcionamento

1 – O Conselho Fiscal, reúne ordinariamente, uma vez em casa trimestre, podendo reunir também extraordinariamente para apreciação de assuntos de carácter urgente, por convocação do Presidente, por iniciativa da maioria dos seus membros ou, ainda a pedido da Direcção ou da Assembleia – Geral.

2 – As deliberações do Conselho fiscal serão tomadas tendo em conta o disposto nos números 1 e 2 do artigo 35.º e numero 1 do artigo 54.º, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

3 – Os assuntos, decisões e deliberações constarão de livro próprio de actas, as quais serão assinadas pelos presentes.

ARTIGO 69.º

Vinculação com actos da Direcção

O Conselho Fiscal é solidariamente responsável, com a Direcção, pelos actos sobre os quais tenha emitido parecer favorável ou quando, tendo tido conhecimento de qualquer irregularidade, não lavre o seu protesto ou não faça a devida comunicação à Mesa da Assembleia – Geral.

SECÇÃO IV

Do Conselho Superior

ARTIGO 70.º

Definição

O Conselho Superior é o órgão consultivo da direcção.

ARTIGO 71.º

Composição

O Conselho Superior é presidido pelo Presidente da Direcção, e composto pelo máximo de quinze associados de reconhecido mérito e capacidade de intervenção social.

ARTIGO 72.º

Competência

Compete ao Conselho Superior:

- a) Contribuir para melhor prossecução dos objectivos da Associação;
- b) Promover a associação, nomeadamente desenvolvendo iniciativas não decorrentes da gestão normal da vida associativa;
- c) Emitir pareceres, sempre que a Direcção o solicite, sobre matérias de interesse para a Associação.

ARTIGO 73.º

Funcionamento

1 – O Conselho Superior reúne sempre que para tal for convocado pelo Presidente da Direcção.

2- Os pareceres do Conselho Superior serão tomados por maioria dos presentes.

CAPITULO IV

Das eleições

ARTIGO 74.º

Processo eleitoral

1 – No ano em que terminar o mandato dos titulares dos Órgãos sociais, o Presidente da Mesa da Assembleia – Geral em exercício, anunciará até 31 de Outubro, através de edital, a abertura do processo eleitoral e manda preparar os cadernos eleitorais que deverão estar incluídos até dia 30 de Novembro.

2 – A Assembleia – Geral eleitoral a realizar no mês de Dezembro do ano em que terminar o mandato, será convocada pelo Presidente da Mesa em exercício, com a antecedência mínima de dez dias através de edital onde será designado o dia, a hora e o local da sua realização.

3 – Se por qualquer razão o mandato dos titulares dos órgãos sociais terminar antes de cumprido o período normal de duração, serão realizadas eleições intercalares, parciais ou gerais, cabendo à Assembleia – Geral, decidir sobre a forma de eleição.

ARTIGO 75.º

Elegibilidade

São elegíveis os associados efectivos que satisfaçam, cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Estejam no pleno gozo dos seus direitos sociais, de acordo com o estabelecido no artigo 11.º dos presentes estatutos, à data da apresentação das candidaturas;
- b) Sejam maiores de dezoito anos ou emancipados;
- c) Não façam parte dos Órgãos Sociais de outras Associações congéneres;
- d) Não tenham destituídos dos Órgãos Sociais da Associação, por irregularidades cometidas no exercício das suas funções;
- e) Não tenham qualquer impedimento ou motivo de inelegibilidade nos termos da lei.

ARTIGO 76.º

Formalização de candidaturas

1 – As candidaturas às eleições são feitas segundo o sistema de lista completa para a Mesa da Assembleia – Geral, Direcção, Conselho Fiscal e Conselho Superior, compostas por associados efectivos, no pleno gozo dos seus direitos sociais, nas quais se especificarão a identificação completa dos candidatos, respectivo número de associado bem como a indicação do órgão e cargo para que são propostos, incluindo os suplentes.

2 – As listas concorrentes aos Órgãos Sociais, a submeter a sufrágio, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da assembleia – geral, na sede da Associação, até ao dia quinze do mês anterior ao da realização da Assembleia – geral eleitoral.

3 – A Direcção pode propor uma lista às eleições.

4 – As listas de candidatura aos Órgãos deverão incluir um número de candidatos efectivos igual ao numero de membros do respectivo Órgão acrescido dos suplentes, não podendo qualquer associado subscrever nem integrar mais quem uma lista, nem integrar mais que um Órgão da Associação.

5 – As listas são nominais devendo completar candidatos para todos os Órgão sendo estes votados conjuntamente.

6 – As listas a submeter à eleição, deverão ser acompanhadas da declaração dos candidatos, onde expressamente manifestam a sua aceitação, e subscritas por um numero mínimo de vinte e cinco associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos, com a excepção da que for proposta pela Direcção.

ARTIGO 77.º

Apreciação das candidaturas

1 – O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral recebe as listas candidatas, e no prazo de cinco dias, verifica da sua conformidade tendo em conta as disposições estatutárias.

2 – As listas que não estejam de acordo com as disposições estatutárias serão rejeitadas e comunicada a decisão ao seu mandatário, que poderá corrigir ou rectificar até ao último dia de do prazo de apresentação de listas ou recorrer da decisão para a Assembleia-Geral no prazo de cinco dias após o conhecimento da decisão.

A Assembleia-Geral extraordinária convocada pelo Presidente da Mesa para apreciação e decisão do recurso, reunirá no prazo máximo de dez dias.

3 – As listas admitidas à eleição serão referenciadas de acordo com a ordem de apresentação por letras maiúsculas (ex. A,B,C, etc.) e mandadas afixar no edifício sede da Associação.

ARTIGO 78.º

Boletim de voto

1 – A cada eleitor é fornecido um boletim de voto elaborado em papel liso e não transparente, contendo impressas as letras maiúsculas atribuídas às listas concorrentes ao sufrágio e um quadrado à frente de cada uma dessas letras.

2 – O voto é expresso através da inscrição de uma cruz no interior do quadrado correspondente à lista em que o eleitor pretende votar.

3 – O eleitor entregará ao Presidente da mesa o boletim de voto dobrado em quatro partes, após o que o mesmo será arrecadado na urna.

4 – Os boletins que contenham emendas, rasuras ou inscrições serão considerados nulos e os boletins em branco serão considerados abstenção.

ARTIGO 79.º

Forma de votação

1 – A eleição dos Órgãos Sociais é feita através da votação secreta tendo cada associado direito a um voto.

2 – É permitido o voto por procuração, com reconhecimento da letra e assinatura, mas cada associado não poderá representar mais do que um outro associado.

3 – Não é admitido o voto por correspondência.

4 – A votação decorrerá na Assembleia-Geral eleitoral, na sede da Associação, por pedido não inferior a duas horas, sendo presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e cada lista poderá fazer-se representar junto da mesa por um delegado devidamente credenciado pelo respectivo mandatário ou pelo candidato a Presidente da Direcção.

5 – O escrutínio far-se-á na mesma Assembleia-Geral, imediatamente após a conclusão da votação, considerando-se proclamados os elementos da lista mais votada.

CAPITULO V

Da gestão financeira

ARTIGO 80.º

Das receitas

São receitas da Associação:

- a) Os produtos das quotas dos associados efectivos;
- b) As participações dos associados e familiares pela utilização dos serviços da associação.
- c) As retribuições de quaisquer serviços prestados, a título não gratuito, pela Associação ou pelo Corpo de Bombeiros por ela detido;
- d) Os subsídios, participações e financiamentos públicos ou particular;
- e) Donativos, legados e heranças feitos a favor da Associação;
- f) Produtos e resultados de sociedades, parcerias ou outras participações devidos à Associação;
- g) Os rendimentos de bens próprios;
- h) O produto líquido de quaisquer espectáculos, festas ou outras realizações;
- i) O produto da venda de bens imóveis ou móveis pertencentes à associação;
- j) O produto de subscrições;
- k) Quaisquer verbas que lhe seja atribuídas por lei ou por protocolos

ARTIGO 81.º

Quotização

Cada associado efectivo, singular ou colectivo, pagará uma quota mensal, segundo valor, periodicidade e modalidade a definir pela Direcção.

ARTIGO 82.º

Das Despesas

Constituem despesas da Associação as resultantes de:

- a) Administração ordinária e extraordinária da Associação e funcionamento dos respectivos serviços;
- b) Operacionalidade do Corpo de Bombeiros;
- c) Encargos com o pessoal da Associação;
- d) Encargos legais;
- e) Quaisquer outras resultantes do cumprimento dos fins da Associação e das actividades por ela desenvolvidas, directa ou indirectamente;
- f) Manutenção e conservação do património social da Associação.

ARTIGO 83.º

Dos meios financeiros

Os meios financeiros na disposição da Associação são obrigatoriamente depositados em conta da Associação aberta em instituições de crédito.

CAPÍTULO VI

Conselho Disciplinar

ARTIGO 84.º

Estatuto e composição

1-O conselho Disciplinar é a instância de recurso hierárquico das decisões, em matéria disciplinar do Comandante do Corpo de Bombeiros.

2-O Conselho Disciplinar é composto pelos Presidentes da Mesa da Assembleia-Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal.

ARTIGO 85.º

Competências

Ao Conselho Disciplinar compete, de acordo com a lei, com os estatutos e com os regulamentos e com base nos princípios do Direito e da Justiça, decidir os recursos hierárquicos das decisões do Comandante do Corpo de Bombeiros.

ARTIGO 86.º

Reuniões

O Conselho Disciplinar reunirá por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia-Geral ou na sua falta ou impedimento, por iniciativa de qualquer um dos seus outros membros, sempre que lhe seja dirigido recurso hierárquico cuja decisão seja da sua competência.

ARTIGO 87.º

Decisões

1-As decisões do Conselho Disciplinar são tomadas por maioria dos seus membros.

2-Não é permitida a abstenção na votação de matérias da competência do Conselho Disciplinar.

3-O Conselho Disciplinar deve proferir decisão sobre os recursos que lhe sejam submetidos no prazo de sessenta dias úteis, após a autuação dos mesmos.

4-As decisões do Conselho Disciplinar devem ser sempre fundamentadas, sendo lícito ao membro que vote vencido expressar, resumidamente, as razões da sua discordância.

5-As decisões do Conselho Disciplinar contarão de Acórdão, assinado por todos os seus membros, do qual constará o voto de vencido, se o houver.

6-o Acórdão será notificado ao recorrido e ao recorrente por protocolo ou por carta registada com aviso de recepção.

ARTIGO 88.º

Dever de colaboração e cooperação

Sobre todos os associados, os Órgãos Sociais, respectivos titulares e membros do Corpo de Bombeiros, recai um dever especial de colaboração e cooperação com o Conselho Disciplinar sempre que para tanto, por este, sejam notificados.

CAPÍTULO VII

Da reforma ou alteração dos estatutos

ARTIGO 89.º

Reforma ou alteração dos estatutos

1-Os presentes Estatutos só poderão ser reformados ou alterados em reunião extraordinária da Assembleia-Geral convocada expressamente para esse efeito, sob proposta da Direcção ou a requerimento fundamentado de, pelo menos, cinquenta associados efectivos, no pleno gozo dos seus direitos.

2-Uma vez feita a convocatória, as alterações estatutárias propostas deverão ficar patentes aos associados na sede e em quaisquer outras instalações da Associação, com a antecedência mínima de oito em relação à data marcada para a reunião da Assembleia-Geral.

3-As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável, de pelo menos três quartos do número de associados presentes, não podendo ser inferior a cinco associados.

4-O disposto no número anterior não é aplicável caso a exigência de alteração decorra da lei.

CAPÍTULO VIII

Da extinção

ARTIGO 90.º

Extinção

1-A Assembleia-Geral extingue-se quando ocorrer alguma das situações previstas na artigo 26.º da Lei n.º 32/2007 ou quando esgotados os seus recursos financeiros normais e encontrando-se em estado de insolvência, os associados recusem quotizar-se extraordinariamente.

2-A Assembleia-Geral só pode deliberar sobre a extinção da Associação através de convocatória expressamente efectuada para esse efeito e aprovada por um número de votos não inferior a três quartos da totalidade dos sócios efectivos existentes à data da Assembleia.

3-A convocatória da Assembleia-Geral deverá ser feita nos termos previstos nos estatutos e na lei e deve ser afixada na sede e em quaisquer outras instalações da Associação com antecedência mínima de oito dias em relação à data marcada para a sua realização.

ARTIGO 91.º

Declaração de extinção

1-Nos casos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei 32/2007, a extinção só se produz se, nos trinta dias subsequentes à data em que devia operar-se, a Assembleia-Geral não decidir a prorrogação da Associação ou a modificação dos seus estatutos.

2-A extinção por declaração de insolvência dá-se em consequência da própria declaração.

ARTIGO 92.º

Efeitos da extinção

1-Extinta a Associação é eleita uma Comissão Liquidatária pela Assembleia-Geral ou pela entidade que decretou a extinção.

2-Os poderes da Comissão Liquidatária ficam limitados à pratica dos actos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes, sendo

que, pelos actos restantes e pelos danos que deles advenham, à Associação respondem solidariamente os titulares dos Órgãos Sociais que os praticarem.

3-Pelas obrigações que os titulares dos Órgãos Sociais contraírem a Associação só responde perante terceiros se estes estavam de boa fé a à extinção não tiver sido dada a devida publicidade.

ARTIGO 93.º

Destino dos bens

Sem prejuízo ao estabelecido no artigo 29.º da Lei 32/2007 e do artigo 166.º do Código Civil, os bens da Associação extinta reverterem para outras Associações com finalidades idênticas por proposta da Comissão Liquidatária e deliberação da Assembleia-Geral.

CAPITULO IX

Disposições finais

ARTIGO 94.º

Lei aplicável

A Associação, no exercício das suas actividades, regular-se-á de harmonia com a legislação aplicável.

ARTIGO 95.º

Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros criado e detido pela Associação, rege-se pelo Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros e Regime Jurídico dos Bombeiros, em vigor à data da publicação e ainda pelo Regulamento Interno do Corpo de Bombeiros depois de homologado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil.

ARTIGO 96.º

Dúvidas e casos omissos

As dúvidas e os casos omissos provenientes da interpretação e execução dos presentes estatutos serão resolvidos em reunião conjunta dos Órgãos Sociais, solicitada pelo Direcção ou pelo Conselho Fiscal, ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, o qual, por si só, também poderá promover, se assim o entender, a sua efectivação, de acordo com a lei e os princípios gerais do direito.

ARTIGO 97.º

Norma transitória

1-Os presentes estatutos entrarão em vigor imediatamente após aprovação em Assembleia-Geral e cumprimento das formalidades exigidas por lei.

2-Nas matérias relativas aos Órgãos Sociais, designadamente quanto à sua composição, as alterações constantes dos presentes estatutos só entrarão em vigor no final do mandato em curso à data da sua publicação.